

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS – CESP
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Reflexões acerca da militarização das escolas públicas no Brasil a partir da implantação do projeto em uma escola pública no município de Parintins/AM¹.

Israel Correa Tavares^{*}

Orientadora: Mônica Xavier de Medeiros^{**}

RESUMO:

O presente trabalho é fruto do estágio realizado na disciplina de Estágio Supervisionado em História II. Visa apontar algumas reflexões acerca da implantação do projeto de militarização das escolas públicas no Brasil a partir de algumas reflexões sobre as vivências na escola-campo do estágio que foi a Escola Estadual Dom Gino Malvestio em Parintins/AM. A metodologia é a pesquisa bibliográfica para isso utilizamos artigos publicados como os de Silva e Silva (2019), Cafardo e Jarsen (2018), Pinheiro, Pereira, Sabino (2019) que abordam a temática da militarização. Nesse sentido, procurei identificar quais os caminhos estão sendo seguidos dentro da rede de ensino pública para atender esse projeto.

PALAVRAS-CHAVES: Escola cívico-militares; Estágio Supervisionado; Educação;

INTRODUÇÃO:

¹ Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito para obtenção do título de licenciado em História.

^{*} Acadêmico do curso de licenciatura em História do Centro de Estudos Superiores de Parintins, (CESP), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail:israeltavares504@gmail.com

^{**} Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC. Professora do curso de Licenciatura em História do Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP/UEA.

Este trabalho analisa a implementação do projeto de militarização das escolas públicas no Brasil a partir das vivências realizadas durante o Estágio Supervisionado II na Escola Estadual Dom Gino Malvestio em Parintins/AM, relacionando as experiências vivenciadas dentro da escola e os conhecimentos teóricos concebidos no desenvolvimento da disciplina dentro da universidade.

O debate sobre a militarização da educação se intensificou sob o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), que através do decreto nº 10.004 de 5 de setembro de 2019 determinou:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio.

§ 1º O Pecim será desenvolvido pelo Ministério da Educação com o apoio do Ministério da Defesa e será implementado em colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na promoção de ações destinadas ao fomento e ao fortalecimento das Escolas Cívico-Militares - Ecim.

O decreto visou expandir o modelo de educação cívico-militar em escolas públicas que possuíam baixo resultado no IDEB e atendessem alunos em situação de vulnerabilidade social. O decreto foi posto em prática prometendo uma educação de “melhor qualidade”, depreciando os métodos da gestão democrática prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional.

A militarização da escola pública passa por uma série de arranjos e projetos nacionais, estaduais e municipais, alguns consolidados há décadas como os Colégios Militares Federais cuja estrutura gerencial e orçamentária é subordinada às Forças Armadas/Ministério da Educação. Nesse sentido, objetivamos, neste trabalho, esclarecer as diferentes formas de militarização da educação, que já estavam em vigor antes mesmo do Governo Bolsonaro.

De antemão o tema exposto se desenvolveu a partir da minha experiência no estágio supervisionado e acima tudo por ser egresso da escola Dom Gino Malvestio, onde também fui militante no movimento secundarista de 2016 a 2018. Particpei como aluno no conselho escolar onde a escola me preparou para quando saísse daquele ambiente soubesse lidar com as adversidades que encontramos no dia a dia na sociedade, vale ressaltar que a minha passagem

pela escola começa no ano de 2012 quando comecei a cursar a 6º série do ensino fundamental, lembro que o meu primeiro ano na escola foi aterrorizante, onde convivía diariamente com furtos de bicicletas no estacionamento da escola, alto índice de alunos utilizando entorpecentes e sucessivos casos de alunos que fugiam na hora do intervalo, com passar dos anos essas problemáticas foram amenizando a partir de programas sociais como o 'Família na Escola', que aproximavam a família do ambiente escolar e, como consequência, os índices de desenvolvimento da escola cresceram em todos os sentidos.

Me debrucei nesta temática dos programas de militarização por ser uma pauta que traz consigo sucessivas divergências de opiniões entre os pais de alunos, professores e a própria classe discente, para compreender a funcionalidade deste programa analisei sua implementação de forma presencial a partir da disciplina Estágio Supervisionado II, em que estive vinculado entre dez/2022 e março/2023.

Diante disso, puder compreender o dia a dia da escola e quais mudanças estavam acontecendo “para uma melhor qualidade de vida dos alunos” a partir da implantação do projeto PESAC (Projeto Escola Segura Aluno Cidadão), que é um projeto de militarização de âmbito estadual implantado desde fevereiro de 2020 na gestão do governador Wilson Lima, sendo um convênio entre a Secretaria Estadual de Educação, Secretária Estadual de Segurança Pública e Polícia Militar do Amazonas.

Para a realização deste trabalho utilizei a metodologia da pesquisa bibliográfica para compreender o pensamento de autores como Pinheiro, Pereira e Sabino (2019) que dialogam com a temática da militarização e as narrativas sobre as soluções que aprimorem a qualidade nas escolas públicas.

O Brasil viveu uma onda de polarização que se fortaleceu no ano de 2016 com o golpe que retirou da presidência da república a primeira mulher presidente do Brasil. A partir deste período intensificaram-se a disseminação de ódio, a desestruturação de políticas sociais e educacionais e o fortalecimento de um discurso autoritário, misógino que nos fez lembrar o ano de 1964 quando foi instaurado a ditadura civil-militar.

Na gestão de Jair Messias Bolsonaro pode-se analisar o quanto as estruturas educacionais ficaram fragilizadas do ponto de vista em que houve sucessivas trocas de cadeiras no MEC e acima de tudo escândalos de corrupção no Ministério da Educação que de certa forma abalou as bases dentro das escolas, principalmente quando se cogitou a possível implantação do projeto Escola Sem Partido, que era uma forma de cercear a liberdade de expressão dos professores, desestabilizar os movimentos secundaristas e acima de tudo silenciar o debate político dentro do ambiente escolar.

Diante do exposto ficava visível qual era a real intenção do Governo Bolsonaro para o Brasil. A extrema direita (espectro político do qual Bolsonaro faz parte) tinha um projeto fascistizante tendo como uma de suas estratégias a disputa pelo que é ensinado nas escolas. Este trabalho foi realizado em duas partes: a primeira visa investigar os projetos de militarização da escola pública e a segunda parte apresenta o relato de experiência do Estágio Supervisionado II à luz da temática proposta para esta pesquisa.

1. PROJETO DE MILITARIZAÇÃO COMO “MODELO” PARA O ENSINO DE QUALIDADE.

É notável que a educação básica vem vivendo momentos de fragilidade e sucateamento desde a década de 70, mas que se intensificou no governo anterior onde tivemos que conviver com o medo de perder bolsas de iniciação científica por conta das sucessivas ameaças de corte na educação pública, principalmente nas verbas orçamentárias das universidades públicas.

Se falar em qualidade da educação diante do cenário em que o governo tratava este assunto é algo meio que descabido, o principal argumento utilizado pela gestão federal naquela época para se estender o programa de militarização nas escolas de ensino básico como “modelo” de ensino era de que as instituições estavam sendo dizimadas pelos altos índices de violência psicológica e agressão física entre alunos e que algumas vezes envolvia até mesmo professores.

Diante de sucessivas críticas sobre o ensino e a desordem que estava se desencadeando nas escolas onde professores e gestores estavam perdendo a

autonomia dentro do ambiente escolar, e o ensino e a aprendizagem estavam indo de mal a pior e acima de tudo, o processo de evasão escolar demonstravam que o sistema educacional brasileiro precisaria ser reavaliado. A alternativa para ele passa pela criação de instituições pautadas em pedagogias militares que “estão à frente em grande parte das demais”, porque “ainda impõem hierarquia e autoridade aos alunos” (DOLZAN, 2018, p.1).

O Governo Federal se fundamentou no decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 e no documento denominado “Compromisso Nacional pela Educação Básica” lançado neste mesmo ano, nos quais propôs expandir o projeto de militarização para as cinco regiões do país, vendia-se uma propaganda que com a implantação deste programa a qualidade da educação daria um salto significativo na vida dos jovens, onde o aluno sairia do ambiente escolar “disciplinado e pronto para colaborar e ser um espelho para a sociedade”.

Esses discursos fizeram com que a população brasileira criasse otimismo e acreditasse que a qualidade da educação realmente iria melhorar a partir da implementação do projeto cívico-militar nas instituições de ensino básico, pois muito se compara o Colégio Militar à Escola Cívico-Militar, no entanto essa comparação foi algo intencional para fazer com que os pais de aluno aceitassem mais facilmente o novo programa que segundo o governo transformaria a vida de seus filhos e resolveria os problemas de violência nas escolas.

A expressão ‘cívico-militar’, cunhada e disseminada pelo governo federal, é passível de problematização, a transposição das escolas para o modelo ‘cívico-militar’ acarreta, dentre outros fatores, impactos diretos sobre a autonomia do corpo docente e o cerceamento de liberdades fundamentais dos estudantes. (PINHEIRO; PEREIRA; SABINO, 2019).

Precisamos desconstruir essa ideologia de que o ensino dentro de um Colégio Militar será o mesmo de uma Escola Cívico-Militar, devemos levar em conta que quem administra os colégios militares são as forças nacionais: o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Acima de tudo, o valor orçamentário destinado a esses colégios vem do Ministério da Defesa e 70% das vagas são destinadas para filhos de militares e as outras 30% são disponibilizadas para ampla concorrência algo que caracteriza que os Colégios Militares são parcialmente privados, mas que gozam de recursos públicos para o seu funcionamento.

Além disso, o Governo Federal investe 19 mil reais por aluno nos Colégios Militares enquanto nas Escolas Cívico-Militares o investimento é de 6 mil reais por aluno anualmente. A partir disto pode-se compreender que o investimento orçamentário nos Colégios Militares chega em torno de R\$ 320 bilhões por ano, quase o triplo do valor orçamentário do MEC (Ministério da Educação)². No entanto, esses dados não são postos para o conhecimento da comunidade escolar. Ao contrário, o Governo tenta alinhar os dois tipos de programa como se fosse um mesmo projeto para confundir o cidadão.

Na gestão do Governo de Jair Messias Bolsonaro ficou claro que avançar com o programa de escolas cívico-militares foi um fator decisivo para contribuir com o fascismo e autoritarismo dentro das unidades públicas de ensino, pois inserir agentes de segurança pública em um ambiente escolar colabora no sentido de cercear a liberdade dos alunos para opinar sobre qualquer tipo de assunto que traga divergências de opiniões.

A escola na qual estagiei, no município de Parintins, tornou-se cívico – militar em 2022 com a implantação do projeto do governo do Estado do Amazonas ‘Escola Segura Aluno Cidadão’/**PESAC**, mas, no entanto, não houve preparação por parte do estado e principalmente da Secretaria de Educação (SEDUC) para que os professores recebessem formação. Além disso, não ocorreu uma audiência pública para que os pais e alunos tirassem suas dúvidas antes da execução do projeto na escola. O início da discussão sobre a adesão da Escola Estadual Dom Gino Malvestio ao programa das escolas cívico-militares tem seu início ainda no ano de 2019, quando o prefeito Frank Luiz da Cunha Garcia (DEM) solicitou a implementação do projeto no município³.

No Amazonas, temos o Colégio Militar de Manaus (CMM) que foi fundado em 1971 pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici. Este colégio está subordinado ao Exército Brasileiro e Ministério da Defesa, integrando o Sistema Colégio Militar do Brasil. Além disso, temos os Colégios Militares da Polícia

² Informações obtidas através da matéria de CAFARDO, R; JANSEN, R. Estudantes de colégios militares custam três vezes mais ao País. **O Estado de São Paulo**, 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,estudantes-de-colegio-militar-custam-tresvezes-mais-ao-pais,70002473230>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

³ GOVERNO FEDERAL CONFIRMA TRANSFORMAÇÃO DO DOM GINO, DE PARINTINS, EM ESCOLA MILITAR. **Jornal AM em Pauta**. 05/12/2019. Acesso em 15/04/2023. Disponível: <https://amempauta.com.br/?q=291-conteudo-165886-governo-federal-confirma-transformacao-do-dom-gino-de-parintins-em-escola-militar>

Militar do Amazonas (CMPM), que tem vínculo com a SEDUC, mas são geridos por oficiais da Polícia Militar. Segundo a Secretaria de Educação, o regime de parceria entre a Seduc e a Polícia Militar surgiu em fevereiro de 1994, quando o Governo do Estado criou, por meio do decreto nº 15.831, o primeiro Colégio Militar da Polícia Militar (CMPM). Pelo decreto, ficou determinado que a escola ofereceria ensino aos filhos de servidores militares e à sociedade civil⁴. De acordo com as pesquisas de Santos e Alves (2022), seriam 9 escolas estaduais e 3 escolas municipais sob a gestão da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros no Amazonas.

As escolas cívico-militares diferem do Colégio Militar de Manaus (CMM) cuja estrutura é subordinada ao exército e Ministério da Defesa e diferem, também, das Escolas da Polícia Militar (CMPM). Como dito, as escolas cívico-militares são um projeto da gestão do governo Bolsonaro (Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares/PECIM), que já em sua campanha prometeu a ampliação da militarização das escolas como modelo de educação pública. As primeiras escolas foram selecionadas em 2019 para implantação do projeto piloto em 54 instituições públicas em 22 estados da federação em 2020⁵. Até o final de 2022, segundo informações do Ministério da Educação, havia 216 escolas que adotaram o modelo cívico-militar⁶.

No Amazonas, as 09 escolas estaduais da Polícia Militar somaram mais de 120 denúncias de assédio moral, sexual e violência que foram encaminhadas ao Ministério Público desde o ano de 2015 cometidos por agentes de segurança que estão alocados nesses estabelecimentos de ensino. Os casos de violência chegaram a provocar a realização de uma Audiência Pública na Assembleia

⁴ Informações disponíveis no site <http://www.educacao.am.gov.br/com-gestao-da-policia-militar-escolas-da-rede-publica-estadual-sao-referencias-na-educacao-do-amazonas/>. Acesso em 10/08/2023.

⁵ Informações <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/escolas-civico-militares>

⁶ O fim do PECIM realizado pelo governo Lula em julho de 2023, não afeta os Colégios Militares subordinados ao exército e ao Ministério da Defesa, nem os colégios das Polícias Militares estaduais e nem as escolas estaduais ligadas ao PESAC aqui no Amazonas, ou seja, o fim do PECIM não significa o fim da militarização da Educação Pública no Brasil. Mesmo as escolas estaduais e municipais que aderiram ao PECIM poderão manter o modelo, que deverá ser financiado por cada Estado ou Município dependendo da decisão de governadores ou prefeitos. O panorama das escolas militarizadas no Brasil é de 216 escolas cívico-militares, 494 escolas ligadas às Polícias Militares estaduais ou corpo de Bombeiros e 42 colégios militares ligados às Forças Armadas. Informações no site: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/07/22/colegios-militares-civico-militares-e-da-policia-entenda-as-diferencas.ghtml>. Isso sem contar projetos estaduais e municipais de militarização como o PESAC no Amazonas.

Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM) convocada pelo deputado estadual Fausto Júnior/PV⁷.

Em 2018, Parintins teve sua primeira instituição de ensino aderindo a um programa de militarização, que foi a Escola Municipal Tsukasa Uyetsuka, localizada na Vila Amazônia na gestão do prefeito Bi Garcia.



Brasão da Escola Tsukasa Uyetsuka, que exalta símbolos da identidade local como o cultivo da Juta agora está articulada à presença da Polícia Militar na escola.

Vale ressaltar que hoje o município de Parintins tem problemas que já se arrastam por anos tornando-se quase crônicos a respeito das estruturas físicas do ambiente escolar para possíveis implantações ou aderências das mesmas no programa PESAC. No entanto a escola escolhida foi Dom Gino Malvestio instituição localizada em uma área periférica do município onde a maioria dos alunos são pobres, negros e indígenas.

Podemos nos fazer algumas perguntas: por que a escola escolhida foi uma que está localizada na zona periférica de Parintins? Muito se discute os altos índices de violência que ocorrem diariamente nas regiões periféricas de qualquer cidade sendo interior ou a capital, os índices de violência são mais altos nas periferias, partindo deste pressuposto será que estendendo o programa de

⁷ BASÍLIO, Ana Luíza. “É impossível não ter medo”, diz professor agredido em colégio militar no Amazonas. **CARTA CAPITAL**. 22/10/2019. Informações no site: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/e-impossivel-nao-ter-medo-diz-professor-agredido-em-colegio-militar-no-amazonas/>. Acesso dia 10/08/2023.

militarização para escolas localizadas nestas regiões periféricas os índices de violência diminuem? A resposta mais óbvia seria não, pois além de policiamento as periferias das cidades precisam de políticas públicas de saúde, emprego, infraestrutura etc. O PESAC tem entre seus objetivos levar ‘segurança e boa educação’ para as periferias onde se concentra um grande quantitativo de alunos negros, indígenas e de baixa renda. Vale enaltecer que um dos tripés que o programa de escolas cívico-militares traz consigo é a política para a redução da violência entre os jovens dentro das áreas vistas como “vermelhas”.

2. RELATO DE EXPERIÊNCIAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

O Estágio Supervisionado é uma das fases na vida universitária em que o acadêmico retornará para a sala de aula na Educação Básica não mais como aluno, mas sim como professor em formação e terá a oportunidade de lecionar e atuar como professor pela primeira vez. O Estágio em sua acepção mais ampla objetiva dar condições ao estagiário para a reflexão relativa ao seu fazer pedagógico e assim construir a sua identidade profissional. O estágio aproxima o licenciando com a profissão que irá exercer e com os as pessoas com quem irá trabalhar. A prática docente do dia a dia da escola municia o acadêmico para enfrentar as dificuldades depois de formado (SCALABRIN E MOLINARI, 2013, p.09)

Como dito, a escola-campo do Estágio Supervisionado II foi a escola estadual Dom Gino Malvestio, que está localizada na área periférica do município de Parintins, no bairro Paulo Corrêa espaço geográfico este que se desenvolveu na década de 90 como fruto de ocupação dos movimentos sociais que buscavam lutar pela garantia de um pedaço de terra para construção de moradias na antiga fazenda Itaúna do então dono senhor Paulo Corrêa.

O nome da escola é em homenagem ao 3º Bispo Católico da Diocese de Parintins que foi pioneiro na luta por moradia no espaço hoje conhecido como bairro Paulo Corrêa e onde se concentra a escola na qual leva seu nome. Segundo o censo de 2010 do IBGE, o Bairro Paulo Corrêa possui um universo de 13.666 habitantes, sendo o bairro mais populoso do Município de Parintins.

O fato de ser a primeira escola a implantar um projeto cívico-militar na área urbana de Parintins e também por já ter estudado na instituição me motivou a escolher essa escola para a realização do Estágio Supervisionado II. Tínhamos o objetivo de saber como estava sendo desenvolvida as atividades cívico-militares e se esse aspecto influenciava de alguma maneira no ensino-aprendizagem.

Por este motivo, antes mesmo de iniciarmos o estágio na escola, organizamos nossas metas e objetivos no que diz respeito a parte burocrática da disciplina e a parte das experiências quanto professores em formação, mas principalmente como futuro educadores e críticos nos dedicamos a investigação de como tem se desenvolvido o projeto de militarização por se tratar de uma escola pública localizada em uma área periférica do município de Parintins.

Aos poucos fomos nos familiarizando à equipe escolar, professores, alunos, seguranças e com os próprios policiais. Estes são responsáveis por manter a ordem e a organização. Cabe ressaltar que aqui no Amazonas não há a prática da comunidade escolar eleger democraticamente a direção da escola. O gestor escolar é indicado pela Coordenadoria de Ensino, sendo a função vista como um cargo de confiança do governo do Estado. Nesse sentido, antes mesmo do projeto de militarização, a comunidade escolar no Dom Gino já não podia eleger o seu gestor.

Para Paulo Freire (1997, p. 25), a escola democrática é um espaço de ensino e aprendizagem, um lugar de trabalho que privilegia o pensar, algo que ultrapasse a prática “bancária” - criticada pelo educador - dentro das salas de aula, pois, o ensinar também é aprender, e vai além de transferir conhecimentos de forma autoritária. Diferentemente de uma escola militarizada, que impõe a ordem e a disciplina sobre os estudantes, tendo como um de seus objetivos a correção de conduta dos alunos, e incorporação de valores patrióticos. Tudo isso sob supervisão de policiais militares - um acompanhamento inadequado por se tratar de um ambiente escolar.

Durante a realização do Estágio Supervisionado, em conversas informais com os docentes na sala dos professores durante os intervalos das aulas, percebemos que muitos defendem a atuação dos policiais, e afirmam que desde

a participação deles, tem-se mostrado bons resultados quanto a disciplina dos alunos, e alegam que houve diminuição da violência pelos corredores e na área externa da escola.

Com a militarização, outros aspectos também foram ganhando novo formato, como o fardamento. A princípio foi estabelecido entre os alunos, de acordo com seu rendimento escolar uma hierarquização. Assim foram divididos em patentes, onde os alunos com as melhores notas são chamados de alunos-tenentes, alunos-major, alunos-capitães e assim por diante. É fácil identificar essa sistematização pelo lenço amarrado no pescoço, cada patente recebe uma cor diferente e é assim que os alunos circulam pelo ambiente escolar.



Publicação na página do Facebook da escola em 10/04/2023

O projeto de militarização das escolas públicas promete trazer melhorias sólidas para a educação. Sabemos que a estrutura física das escolas militarizadas é diferente dos Colégios Militares. Os recursos destinados não são os mesmos, o perfil socioeconômico dos alunos também difere, todas essas situações impossibilitam que os mesmos resultados sejam obtidos, como prometem quando implantam o projeto de militarização.

Ao analisar as condições políticas das escolas militarizadas que sustentam o dito padrão de qualidade, uma primeira dimensão é o recurso

financeiro. Enquanto o investimento médio por aluno em escolas públicas civis é de aproximadamente R\$ 6 mil por ano, os Colégios Militares federais recebem três vezes mais, R\$ 19 mil ao ano, de uma fonte específica, o Ministério da Defesa (CAFARDO; JANSEN, 2018).

Na escola do estágio supervisionado II, Dom Gino Malvestio, o momento cívico era feito na quadra esportiva, sem refrigeração, sem estrutura de som, e iluminação adequada, o que tornava o momento cansativo, principalmente no período vespertino em um horário (13h) que na região costuma ser muito quente. A instituição de escolas cívico-militares tornou-se um projeto de disciplinarização, que pudemos constatar com as observações do Estágio.

Para melhorar a qualidade da escola pública é preciso analisar as condições que a escola se encontra, aumentar o investimento, incrementar a qualificação dos professores com políticas de formação continuada. Caso o governo se atente a estas questões, o debate sobre a militarização passa a ser visto em sua essência e não apenas aparência, ou seja, a qualidade da escola e o combate à violência em contexto escolar depende de investimentos e políticas públicas e não de militarização, que atualmente serve para um projeto de disciplinarização dos mais pobres.



Publicação na página do Facebook da escola em 10/04/2023



Publicação na página do Facebook da escola em 10/04/2023



Publicação na página do Facebook da escola em 10/04/2023

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Gestão atual do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) uma de suas promessas em campanha no período eleitoral era revogar o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM) criado na gestão do Presidente Jair Bolsonaro (PL).

Na data do dia 19 de julho de 2023, o presidente da república, luís Inácio Lula da Silva, assinou o decreto 11.611 que revogou o decreto nº 10.004/2019, que instituía as escolas cívico-militares no âmbito do PECIM. O encerramento do programa de escolas cívico-militares ocorrerá de forma gradual até o final do ano, tudo isso para não atrapalhar o ano letivo⁸.

Diante do Exposto, a pesquisa desenvolvida na disciplina de Estágio Supervisionado II na qual culminou no desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso foi uma maneira de externar o meu sentimento como professor em formação diante do desgaste do ensino público, e acima de tudo o retrocesso e sucateamento da educação pública que vai desde a falta de estrutura das escolas até mesmo os empecilhos que são criados para que o professor dê continuidade na sua formação profissional, pois não se pode haver educação com qualidade sem a valorização do docente.

Mediante a isso procurar militarizar escolas do ensino básico para que alunos sigam um padrão de quartel não é uma saída. Os agentes de segurança pública têm uma função crucial no controle e combate ao crime organizado e delitos que são cometidos por pessoas que estão à margem da sociedade, diante disso incluir estes em um ambiente escolar sem o mínimo de preparo é algo que traz à tona violência policial e a intimidação dentro das escolas.

Além disso, implantar um projeto sem ao menos ter a participação das famílias nas tomadas de decisões é um fator que traz consigo divergências de opiniões ao debate público, segundo alguns pais de alunos o projeto PESAC foi implantado sem ao menos ter um aviso prévio à comunidade daquela instituição de ensino, algo que deixa muitas pessoas com dúvida sobre realmente qual será a função social do projeto “escola segura aluno cidadão”.

Portanto, a expansão dos projetos de militarização pelo país é uma forma de “tentar” mudar o rendimento das escolas, principalmente dos alunos no que tange a respeito de melhorar a qualidade da educação dentro das unidades públicas de ensino básico, no entanto os desafios estão exposto de como fazer essa mudança acontecer, sem recurso público, sem valorização do docente e

⁸ G1. Governo decide encerrar programa de escolas cívico-militares. Disponível em: <[http\g1.globo.com](http://g1.globo.com)>2023.07.12

principalmente sem uma estrutura digna para se lecionar uma boa aula o que de fato mostra o quanto ainda é utópico chegarmos ao tão sonhado ensino de qualidade para todos.

Ao tornar-se uma escola cívico-militar, os hábitos dos alunos são moldados e os mesmos tendem a seguir um padrão social que caia ao gosto da sociedade, ou seja seguir os estereótipos aceitos pela sociedade como por exemplo os princípios: Deus, Pátria e Família, no entanto estes não serão fatores que contribuíram para o seu sucesso em provas externas que darão acesso às universidades.

O que pode ser observado na escola Dom Gino a partir da implementação do projeto foi que houve uma grande mudança no comportamento dos alunos em contrapartida às dificuldades em interpretação textual e os diálogos em sala de aula referentes aos textos ainda são os grandes empecilhos que dificultam o desenvolvimento intelectual dos alunos, mas não podemos deixar de ressaltar que o projeto está sendo desenvolvido em uma escola onde estudam alunos de baixa renda e que na maior parte do tempo que os alunos estão fora da escola abre sempre a oportunidade de trabalho e os alunos tendem a trabalhar no contraturno para ajudar no sustento de suas famílias. Por fim um aluno nessas condições torna-se quase inviável se doar 100% aos estudos, pois há os paradigmas que tornam os obstáculos mais resistentes na luta de vencer na vida e dar um futuro brilhante aos seus pais, filhos e filhas.

REFERÊNCIAS Bibliográficas

CAFARDO, R; JANSEN, R. **Estudantes de colégios militares custam três vezes mais ao País**. O Estado de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,estudantes-de-colegio-militar-custam-tresvezes-mais-ao-pais,70002473230>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire, São Paulo, 2011.

IBGE, Censo demográfico, 2010.

SILVA, Edileuza Fernandes. SILVA, Maria Abádia da. **Militarização das escolas públicas no Distrito Federal: projetos de gestão em disputa.** Revista e estudos aplicados em educação. V. 4, N. 8, jul/dez 2019.

VELOSO, E, R; OLIVEIRA, N, P. **Nós perdemos a consciência? Apontamentos sobre a militarização de escolas públicas estaduais de Ensino Médio no estado de Goiás.** In: OLIVEIRA, I; SILVA, V (Orgs.). Estado de exceção escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura, 2016, p. 71-84.

G1. Escolas Militares se destacam entre as 30 melhores do país no IDEB. **BOM DIA BRASIL**, 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2012/08/escolas-militares-se-destacam-entre-30-melhores-do-pais-noideb.html>. Acesso em: 09 abr. 2019.

AM em Pauta. **Governo Federal confirma transformação do Dom Gino, de Parintins, em escola militar.** <[http\AM em pauta.com.br](http://amempauta.com.br)>

Escolas-militares-do-amazonas-possuem-mais-de-100-denuncias.

Disponível em <[http\amazonas1.com.br](http://amazonas1.com.br)>

SCALABRIN, Izabel Cristina. MOLINARI, Adriana Maria Corder. **A importância da prática do Estágio Supervisionado nas licenciaturas.** Disponível em: <[http\revistaunar.com.br\cientifica\documnetos\vol7n12013\3aimportancia_dapraticadeestagio.pdf](http://revistaunar.com.br/cientifica/documnetos/vol7n12013/3aimportancia_dapraticadeestagio.pdf)> Acesso em 14 de agosto. 2017.

O Estado de São Paulo. **Estudantes de colégios militares custam três vezes mais ao País.** Disponível em: <www.estadao.com.br>

G1. **Governo decide encerrar programa de escolas cívico-militares.** Disponível em: <[http\g1.globo.com](http://g1.globo.com)>2023.07.12